

O DISCURSO DE CAVACO SILVA, AS MEDIDAS ANUNCIADAS POR SÓCRATES E A IMPOSIÇÃO DE PASSOS COELHO PARA QUE “O PS FAÇA O SEU TRABALHO”

RESUMO DESTES ESTUDO

O discurso feito por Cavaco Silva na tomada de posse como presidente da República é um discurso contraditório e ambíguo. Por um lado, afirma que “*sem crescimento económico a consolidação orçamental é insuportável*” e que “*há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos*”, mas, por outro lado, diz que é “*crucial diminuir o peso da despesa pública e reduzir a presença excessiva do Estado na economia*”, ou seja, que é necessário cortar nas despesas com as Funções Sociais, pois constituem 66% da despesa total do Estado sem juros e privatizar ainda mais (o pouco que resta). O governo de Sócrates aproveitou logo a “deixa” para apresentar um conjunto de medidas que, se forem implementadas, determinariam mais sacrifícios para os portugueses e maior recessão económica.

Para concluir isso, basta ter presente que, entre Jun2010/Jan2011, o número de desempregados a receber subsídio de desemprego diminuiu em 58.813; o número de crianças a receber abono de família baixou em 391.777; e que o número de beneficiários do RSI reduziu-se em 62.752. No Orçamento da Segurança Social de 2011, estão orçamentados para subsídio de desemprego este ano menos 156 milhões € do que em 2010; para abono família menos 218 milhões €; e para RSI menos 120 milhões €; portanto, ao todo menos 494 milhões €. E como tudo isto já não fosse suficiente uma das medidas anunciadas por Sócrates é precisamente “*Redução adicional da despesa com prestações sociais e aumento das contribuições sociais*”. É evidente que tal medida, se for implementada, lançaria muitas mais famílias para a miséria.

Nas medidas anunciadas pelo governo, existem três que atacam directamente os reformados e aposentados. A primeira, que afectaria todos os pensionistas da CGA e da Segurança Social é o congelamento das pensões também em 2012 e 2013. A segunda medida que afectaria cerca de 750.000 pensionistas (350.000 da CGA e 400.000 da Segurança Social) é diminuição do rendimento anual dos pensionistas isento de IRS, que passaria dos actuais 6.000€ para apenas 3.888€, o que determinaria que a diferença de 2.112 €, que até aqui está isenta de pagamento de IRS, passasse a estar sujeito a IRS, aumentando a carga fiscal. Finalmente, a terceira medida é um corte entre 3,5% e 10% no valor nominal das pensões de valor superior a 1.500€/mês, à semelhança do que foi feito nas remunerações da Função Pública. Se esta medida for aplicada seriam afectados 260.000 pensionistas, 140.000 da CGA e 120.000 da Segurança Social.

Uma outra medida contida no pacote divulgado pelo governo, é a intenção deste em aumentar novamente os impostos para aumentar a receita fiscal em 0,9% do PIB (+1.620 milhões €) em 2012, e em 0,4% do PIB (+720 milhões €) em 2013. Para obter isso pretende: (1) Rever e limitar os benefícios e deduções fiscais em sede de IRS (volta de novo a intenção de reduzir, a partir do 2º escalão de IRS, os benefícios fiscais relacionados com despesas de saúde e educação); (2) Racionalizar a estrutura das taxas de IVA, o que significa ou eliminar a taxa reduzida de 6% e a intermédia de 13% ficando apenas a taxa de 23% ou então passar produtos dos grupos sujeitos a taxas de IVA de 6% e 13% para o grupo sujeito a taxa de IVA de 23%. O governo pretende aumentar ainda mais os impostos específicos sobre o consumo (tabaco, produtos petrolíferos, bebidas alcoólicas, imposto automóvel, etc). E pretende reduzir a despesa pública em 2011 em mais 1.360 milhões € à custa de reduções no SNS, no SEE, nos apoios sociais, e no investimento.

O governo tenciona também reduzir as indemnizações pagas pelas empresas quando despedem de um mês de salário por cada ano de serviço para apenas 10 dias de salário, e introduzir o limite máximo de indemnização em caso de despedimento de 12 meses, mesmo que o trabalhador tenha mais de 12 anos de serviço. Segundo um estudo do Ministério do Trabalho de 2010 - “Emprego, Contratação Colectiva e Protecção em Portugal” - a média de destruição de empregos em Portugal durante o ano de 2009 foi de 154.501 empregos por mês (pág. 148) e a duração média dos contratos a prazo é de 2 anos e os por tempo indeterminado de 13 anos (pág. 137). A redução da indemnização, como pretende o governo, determinaria um ganho mínimo extraordinário para os patrões que estimamos em 2.270 milhões €/ano. E isto tomando como base contratos de 2 anos, mas os por tempo indeterminado atingem em média 13 anos. Eis uma forma como o governo pretende reduzir os custos do trabalho à custa dos desempregados.

O governo pretende reduzir as transferências para o SNS (o que provocaria degradação dos serviços); para as empresas públicas de transportes colectivos (o que determinaria aumentos dos preços dos transportes públicos); pretende também cortar ainda mais no investimento público. Estamos perante um programa que, ao provocar um aumento significativo dos impostos e uma redução tão grande no consumo e no investimento público (12.875 milhões €), agravaria ainda mais as condições de vida da maioria dos portugueses e atiraria o País para uma recessão económica ainda mais profunda e prolongada. E Passos Coelho diz que é preciso que o “PS continue a fazer o seu trabalho”, o que significa que faria o mesmo ou pior.

No discurso de tomada de posse como presidente da República, Cavaco Silva afirmou textualmente o seguinte: “*Sem crescimento económico, os custos sociais e de consolidação serão insuportáveis*”. E “*há limites para os sacrifícios que se podem exigir ao comum dos cidadãos*”. No entanto, no mesmo discurso, e à laia de orientação para um futuro governo, também acrescentou textualmente o seguinte, tendo até repetido duas vezes: “*É crucial a realização de reformas estruturais destinadas a diminuir o peso da despesa pública, a reduzir a presença excessiva do Estado na economia e a melhorar o desempenho e a eficácia da administração pública*”. E repetiu: “*Aumentar a eficiência e a transparência do Estado e reduzir o peso das despesa pública não apenas de natureza estrutural, mas também conjuntural*”. Portanto, um discurso contraditório e mesmo ambíguo. A diminuição do “peso do Estado na Economia”, que falou Cavaco Silva, apenas se consegue privatizando ainda mais (o pouco que resta), e ao desbarato agravado pela crise que se atravessa (a privatização das empresas nacionalizadas foi iniciada por Cavaco Silva e os resultados desastrosos já são bem conhecidos por todos os portugueses, bastando lembrar os preços que hoje tem-se de pagar pelos combustíveis e electricidade em Portugal). A diminuição do peso da despesa pública de que falou Cavaco Silva, atendendo à estrutura do OE, em que 66,3% das despesas totais sem juros do Estado em 2011 são com as Funções Sociais, só se alcança cortando principalmente nas despesas com prestações sociais, com pensões, com a saúde, com a educação, etc., pois são estas as despesas que têm maior peso na despesa pública.

Poucos dias depois de Cavaco Silva ter proferido o seu discurso, o governo anunciou um conjunto de medidas, cozinhadas em segredo com a Comissão Europeia e com o Banco Central Europeu (o que revela bem a submissão deste governo ao estrangeiro), escondendo-as aos portugueses, incluindo aos Parceiros Sociais e Assembleia da República, dando assim prova de que é um governo sem um mínimo de ética e de princípios democráticos; repetindo, medidas que se fossem implementadas representariam um ataque violento às já difíceis condições de vida da maioria dos portugueses e que certamente atirariam o País para uma recessão mais profunda e prolongada. Estas medidas, como era previsível não “acalmaram os mercados” (só a miopia ou a falta de discernimento de Sócrates e do seu ministro das Finanças é que os impedem de ver isso), pois os juros da dívida pública portuguesa continuaram a aumentar. São essas medidas que analisaremos

MAIS CORTES NAS PRESTAÇÕES SOCIAIS

Para se poder avaliar as consequências de uma medida desta natureza interessa conhecer quais têm sido os efeitos das medidas anteriores. O quadro seguinte, construído com dados oficiais, mostra os efeitos devastadores da redução do apoio social aos portugueses.

**Quadro 1- Variação no número de beneficiários de prestações sociais
Período Jan2010-Jan2011**

Mês/ANO	Desempregados a receberem subsídio de desemprego	Crianças a receberem abono de família	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI)
Jan-10	359.369	1.707.306	396.393
Fev-10	373.205	1.714.288	399.473
Mar-10	359.873	1.723.306	404.829
Abr-10	371.131	1.739.557	389.671
Mai-10	365.166	1.747.687	394.881
Jun-10	355.096	1.764.277	395.341
Jul-10	354.017	1.759.569	384.216
Ago-10	342.122	1.762.964	364.450
Set-10	331.092	1.762.642	364.030
Out-10	316.695	1.762.343	360.765
Nov-10	309.649	1.375.500	342.375
Dez-10	295.218	1.372.500	325.068
Jan-11	296.283	(*)	332.589
Jan2011-Jun2010	-58.813	-391.777	-62.752

FONTE: Jan2010-Dez2010: Boletim Estatístico - MTSS; Jan2011: Estatísticas da Segurança Social-2011; (*) O número de beneficiários ainda não foi ainda divulgado pela Segurança Social

As medidas implementadas em 2010, começaram a fazer os seus efeitos principalmente a partir do início do 2º semestre de 2010. Num período de apenas 7 meses (Jun2010/Jan2011), o número de desempregados a receber subsídio diminuiu em 58.813; o número de crianças a receber abono de família reduziu-se em 391.777 (até Dez-2010, pois ainda não existem dados de Jan2011); e o número de beneficiários do RSI baixou em 62.752. E isto numa altura em que a maioria das famílias portuguesas enfrentam graves dificuldades.

No Orçamento da Segurança Social para 2011, o governo já tinha diminuído significativamente as verbas destinadas ao pagamento daquelas prestações sociais o que, sem as medidas agora anunciadas pelo governo, já determinaria uma maior redução nos apoios sociais. Assim, em subsídios de desemprego tinham sido dispendidos, em 2010, 2.248 milhões € e para 2011 estão orçamentados apenas 2.092 milhões € (-156 milhões €); em abonos de família, foram gastos, em 2010, 965 milhões € e para 2011 só estão 747 milhões € (-218 milhões €); e em RSI, foram dispendidos, em 2010, 520 milhões € e, para 2011, só estão 400 milhões € (-120 milhões €). Portanto, em 2011, só em relação a estas três prestações sociais estão orçamentados menos 494 milhões €. E Sócrates veio agora também anunciar a intenção de congelar o valor destas prestações sociais e reduzir ainda mais o número de portugueses em dificuldades que as recebem, para assim conseguir reduzir o défice orçamental para 4,6% em 2011, para 3% em 2012 e apenas 2% em 2013, já que uma das medidas é precisamente a “*Redução adicional da despesa com prestações sociais e aumento das contribuições sociais*” É clara a insensibilidade social.

CONGELAMENTO DAS PENSÕES E REDUÇÃO DO SEU VALOR NOMINAL

Em 2011, as pensões incluindo as mais baixas de valor mensal de 187€ foram congeladas. E os preços aumentaram em Fevereiro de 2011, relativamente a igual mês de 2010, já em 3,5%. A perda de poder de compra dos pensionistas é muito elevada. Apesar disso, o governo anunciou a continuação do congelamento das pensões em 2012 e 2013 e mais impostos sobre os pensionistas. E isto porque uma das medidas que Sócrates anunciou é a “suspensão da aplicação da regra de indexação das pensões”, ou seja, da actualização das pensões que ficará dependente do arbítrio do governo. E como este está dominado pela obsessão em reduzir o défice, é de prever que o queira fazer à custa novamente do congelamento das pensões.

Por outro lado, o governo anunciou duas medidas que vão reduzir o valor nominal das pensões de muitas centenas de milhares de pensionistas. E essas duas medidas a aplicar já em 2012 são as seguintes: (a) “*Conclusão da convergência no regime de IRS de pensões e rendimentos de trabalho*”; (b) “*Contribuição especial aplicável a todas as pensões (com impactos semelhante à redução de salários na função pública)*”.

Para compreender o impacto da primeira destas duas medidas é necessário ter presente o seguinte: actualmente, 6000 € do valor anual da pensão de um reformado ou aposentado não está sujeito a IRS (é chamada dedução específica). Em relação aos rendimentos de um trabalhador no activo apenas 72% do valor de 12 vezes o valor do IAS (enquanto o IAS não atingir 450€, será utilizado este valor), o que dá 3.888€ é que não está sujeita a IRS. Portanto, o governo pretende reduzir já em 2012 a dedução específica dos pensionistas de 6000€ para apenas 3.888€, o que determinaria um aumento do IRS a pagar pelos pensionistas com um valor de pensão anual superior a 6000€, que passariam a pagar IRS sobre mais 2.112 € (6000€-3888€), que até aqui não estava sujeito a IRS.. Estima-se que seriam atingidos por esta medida, se fosse aplicada, 750.000 pensionistas, sendo 350.000 da CGA, e 400.000 da Segurança Social.

Para além disso, o governo pretende aplicar já a partir do início de 2012 aos pensionistas com pensão superior a 1.500€/mês, quer da Segurança Social quer da CGA, um corte semelhante ao que fez este ano nas remunerações dos trabalhadores da Função Pública. Isto determinaria que todos aqueles que recebem pensões superiores a 1.500€ ilíquidos por mês sofreriam um corte entre 3,5% e 10%, sendo a redução média no valor nominal das pensões de 5%. E isto apesar destes pensionistas terem as suas pensões congeladas há mais de 3 anos, e de terem sofrido vários aumentos da carga fiscal. Se tal medida for aplicada, cerca de 140.000 da Função Pública e 120.000 pensionistas da Segurança Social, veriam as suas pensões diminuir em valor.

NOVOS AUMENTOS DE IMPOSTOS QUE ATINGIRÃO TODOS OS PORTUGUESES

O governo pretende aumentar novamente os impostos para assim aumentar a receita fiscal em 0,9% do PIB (1.620 milhões €) em 2012, e em 0,4% do PIB (720 milhões €) em 2013. E pretende fazer isso aumentando os seguintes impostos: (1) Revendo e limitando os benefícios e deduções fiscais em sede de IRS (volta de novo a intenção de reduzir, a partir do 2º escalão de IRS, os benefícios fiscais com despesas de saúde); (2) Racionalizando a estrutura das taxas de IVA, o que significa ou eliminar a taxa reduzida de 6% e a intermédia de 13%, ou passar produtos para a taxa de IVA mais elevada, que é actualmente de 23%. Para além disso, o governo também pretende aumentar os impostos específicos sobre o consumo (o tabaco, produtos petrolíferos e bebidas alcoólicas, imposto automóvel tabaco, etc.)

REDUÇÃO DAS INDEMNIZAÇÕES PAGAS PELAS EMPRESAS QUANDO DESPEDEM

Para além de medidas anteriores, o governo anunciou que tenciona também reduzir as indemnizações pagas pelas empresas quando despedem trabalhadores de um mês de salário por cada ano de serviço para apenas 10 dias de salário, e introduzir um limite máximo de 12 meses de indemnização. Para se poder ficar com uma ideia do ganho extraordinário que teriam os

patrões se esta medida fosse implementada e, conseqüentemente, do prejuízo dos trabalhadores atingidos pelo despedimento, basta ter presente o seguinte. Segundo o estudo “Emprego, Contratação colectiva de trabalho e protecção da mobilidade profissional em Portugal” de 2010 do Ministério do Trabalho, a média de destruição de empregos em Portugal durante o ano de 2009 foi de 154.501 emprego por mês (pág. 148) e a duração média dos contratos a prazo em Portugal é de 2 anos e os contratos por tempo indeterminado é de 13 anos. Como o salário médio em Portugal, segundo o Ministério do Trabalho, era de 918 euros por mês, logo por cada ano de serviço a redução das indemnizações pagas pelas empresas para apenas um terço, determinaria que aqueles 154.501 trabalhadores cujos empregos foram destruídos num mês recebessem de indemnização menos 95 milhões por cada ano de serviço. Tomando como base despedidos durante um ano e uma duração média do contrato de 2 anos (e a media dos contratos permanentes é de 13 anos) esta medida do governo daria um ganho extraordinário mínimo aos patrões que avaliamos em 2.270 milhões € por ano (como as indemnizações entram no cálculo dos custos do factor trabalho é uma forma de o diminuir, e de apresentar “bom serviço” a Merkl)

UM PROGRAMA QUE ATIRARIA O PAÍS PARA UMA RECESSÃO ECONOMICA MAIS PROFUNDA E PROLONGADA E AGRAVARIA AINDA MAIS AS CONDIÇÕES DE VIDA

Para se poder ter uma ideia do impacto global das medidas em execução e as agora anunciadas pelo governo para reduzir de uma forma brutal o défice orçamental, construiu-se o quadro 2 que inclui o impacto delas sobre a economia e a sociedade portuguesa.

Quadro 2 – Medidas adicionais de redução da despesa pública e aumento de impostos

REDUÇÃO DE DESPESAS E RESPECTIVAS RÚBRICAS	2011 Milhões Euros (*)	2011 Milhões Euros (**)	2012 Milhões Euros (**)	2013 Milhões euros (**)
Redução das despesas da Administração Pública (remunerações, congelamento de carreiras e admissões, redução de ajudas de custo, HE, etc.)	1.040			
Redução de despesas com prestações sociais (congelamento de pensões, redução de 20% no RSI, eliminação do aumento extraordinário e do 1º e o 2º escalões do abono de família)	1.040			
Redução de despesas com o SNS (medicamentos, exames, análises, etc.)	520			
Redução das transferências do Estado para outros sectores da Administração Pública (autarquias, ensino, etc..) e para as empresas públicas	347			
Redução das despesas do PIDDAC (investimento)	173			
SOMA (redução total da despesa pública)	3.120	1.360	2.880	1.440
AUMENTO DE RECEITAS E RESPECTIVOS IMPOSTOS	Milhões euros			
Redução dos benefícios fiscais no IRS (despesas de saúde, educação, diminuição da dedução nas pensões o que aumentará o IRS dos reformados e aposentados) e nos benefícios de IRC	694			
Aumento de 2 p.p.da taxa normal do IVA e taxa sobre a banca	1.040			
SOMA (aumento total de impostos)	1.734		1.620	720

FONTE: Ministério das Finanças: (*) Medidas anunciadas em Setembro de 2010; () Medidas anunciadas em Março de 2011**

No período 2011/2013, Sócrates quer introduzir alterações nas leis fiscais que, segundo o próprio governo, determinarão um aumento de impostos de 4.074 milhões €; por outro lado, realizou e pretende realizar cortes na despesa pública de 8.800 milhões €, o que somando dá 12.874 milhões €. Este aumento significativo de impostos e uma redução tão grande no consumo e no investimento terá certamente um efeito fortemente contraccionista sobre a economia portuguesa contribuindo para a atirar para uma recessão mais profunda e prolongada, com conseqüências sociais insuportáveis. No entanto, interessa recordar que o governo não tem poderes para aumentar impostos, já que isso é da competência exclusiva da Assembleia da República. E aí se verá quem está verdadeiramente contra mais este pacote do governo de Sócrates e, depois, qual será a atitude de Cavaco Silva depois do discurso que fez na tomada de posse como presidente da República. Passos Coelho continua a dizer que é preciso que o “PS faça o seu trabalho”, ou seja, esta politica, e pediu aos grandes patrões que lhe forneçam ideias para elaborar o seu programa do governo (e aqueles foram pródigos fornecendo “320 ideias” que analisaremos num próximo estudo), o que mostra que um governo do PSD será um governo dos e para os grandes patrões, ou seja, dos grandes grupos económicos e financeiros. Recorde-se que o responsável pela elaboração do programa do PSD é Eduardo Catroga, que sempre esteve em conselhos de administração de grandes grupos económicos e financeiros.

Eugénio Rosa, Economista
edr2@netacabo.pt, 13.3.2010